

**Democracia?? - Onda conservadora intensifica criminalização**

# Lutar não é crime!

## Cesar Minto fala ao TRAVESSIA

Em entrevista ao TRAVESSIA, Cesár Augusto Minto, Professor da Faculdade de Educação da USP e Vice-Presidente da ADUSP, fala sobre a atual conjuntura política nacional e também sobre financiamento público da educação, marco de ciência e tecnologia, a ação sindical no atual cenário político brasileiro e as alternativas de luta contra a retirada de direitos sociais

**PÁGINA 7**

Confira as imagens e avaliação do movimento grevista na APES

**Encarte Especial**

Marco da Ciência e Tecnologia aprofunda privatização das IFE

**PÁGINA 6**

América Latina na defesa da educação

**PÁGINA 3**

Representantes do Movimento Docente tiveram audiência com Reitor do IF Sudeste MG

**PÁGINA 6**

Momento de acirramento ideológico no país aponta para criminalização das lutas e movimentos sociais. A repressão às manifestações contra a retirada de direitos, o ataque ao direito de greve de professores e professoras, entre outros, mostram a necessidade de intensificação da luta e união dos trabalhadores. **PÁGINAS 4 E 5**



## ANDES-SN

36º Congresso se realiza em janeiro

**PÁGINA 2**

Não deu na imprensa

A mentira do déficit da previdência

**PÁGINA 2**

## Artigo

A ciência brasileira em risco

Por Fabrício Alvim Carvalho

**PÁGINA 8**

## Editorial

Despedimo-nos do ano de 2016 com a firme convicção de que a conjuntura política brasileira anuncia tempos sombrios para a classe trabalhadora brasileira. A pauta econômica do bloco golpista no poder encontrou condições de se estabelecer pelo conluio promovido entre executivo, legislativo e judiciário, apoiado por uma imprensa manobrista, que se encarrega de distorcer os fatos para fazer prevalecer os interesses empresariais. Foi essa pauta recessiva e privatista que permitiu os ataques que o Governo Temer proferiu sobre os direitos dos trabalhadores com a aprovação da PEC 55/2016, que limitou recursos financeiros para a educação e saúde para os próximos 20 anos, e com a MP 746/2016, que desmontou o ensino médio.

A resistência e a organização que o Setor da Educação empreendeu às lutas contra as medidas governamentais culminou em uma greve nacional, que se articulou com as ocupações estudantis tanto de secundaristas quanto de universitários. Em unidade com FASUBRA, SINASEFE, ANEL, UNE, dentre outras entidades educacionais, o ANDES-SN contribuiu decisivamente para a realização de atividades nacionais, que permitiram a intensificação da mobilização em relação a PEC 55/2016 e a MP 746/2016.

O ato do dia 29 de novembro reuniu cerca de 40000 manifestantes em Brasília, que protestaram contra a 1ª votação da PEC 55/2016 no Senado. No dia 13 de dezembro, a mobilização ocorreu não só em Brasília, onde foi realizado um ato-vigília para combater a votação da PEC 55/2016 em 2ª votação no Senado, mas também em várias capitais e cidades brasileiras, com a organização de atos de repúdio que repercutiam localmente as ações definidas em nível nacional.

Em Juiz de Fora, professores, estudantes e técnicos-administrativos em educação promoveram articulações

unitárias e em consonância com os protestos nacionais numa incansável demonstração de que o diálogo com a população trabalhadora era o caminho para enfraquecer as ações do governo. Muitas reuniões, várias manifestações e diversos materiais foram produzidos com o objetivo de denunciar os interesses dominantes.

Como não bastou as articulações políticas que garantissem a votação da PEC 55/2016, o governo Temer utilizou do aparato jurídico-militar do Estado para reprimir a mobilização coletivamente construída pelo Setor da Educação. Ameaçar os trabalhadores da educação com o corte de salários foi uma atitude adotada pelo Supremo Tribunal Federal desde que foi iniciado o movimento paredista. Mas, a repressão atingiu o ápice pela intervenção da polícia em Brasília e em outras capitais brasileiras, como Belo Horizonte, que perseguiu, prendeu e feriu manifestantes e cidadãos em geral, utilizando indiscriminadamente bombas de gás lacrimogênio e spray de pimenta. Em outros termos, ações típicas de um Estado de Exceção.

O ano de 2016 anuncia que os tempos sombrios de repressão e manobras para implantar a pauta recessiva e privatista do bloco no poder permanecerão retirando direitos dos trabalhadores. Isso porque a proposta de contrarreforma da previdência já tramita na Câmara de Deputados. Fortalecer nossa capacidade de mobilização e utilizarmos os instrumentos que temos direito para nos fazermos ouvir é condição para avançarmos em nossos interesses, expectativas e projetos. Entretanto, é preciso que se amplie a luta para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a que a unidade almejada potencialize ainda mais nossa capacidade de resistência e de organização contra medidas que importam a todos.

## Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação e diagramação: Daniel Goulart. Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação  
Vice-Presidente: Jalon de Moraes Vieira - IF Sudeste - MG - Campus Juiz de Fora  
Secretária Geral: Marina Barbosa Pinto - Faculdade Serviço Social  
1ª Secretária: Alice Mary Monteiro Mayer - Faculdade Educação Física  
2ª Secretária: Luiz Antônio da Silva Peixoto - Instituto de Ciências Humanas  
1º Tesoureiro: Custódio Gouvêa Lopes da Motta - Aposentado  
2º Tesoureiro: Thiago Barreto Maciel - C.A. João XXIII

## Não deu na imprensa

### O mito do déficit

Em palestra realizada na APES, em 27 de outubro, a professora Sarah Granemann discorreu sobre o aleardeado déficit da Previdência no Brasil, garantindo que esse é um mito, uma falácia reforçada todos os dias pelos meios de comunicação.

Segundo ela, o capitalismo atual, que teve esgotada sua capacidade de exploração de mão de obra e recursos naturais, coloca na mira o fundo público. Grandes montantes de poupança e seguridade, formados por recursos advindos dos trabalhadores, geridos em geral pelo estado como a previdência brasileira, são alvo dessa disputa.

### Distorção

Segundo Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp, o mito do déficit da Previdência vem de uma distorção. De acordo com a constituição os recursos que fazem parte da previdência deveriam ser formados pela contribuição de Empregadores, empregados e estado. O problema

principal, segundo ele, é que desde 1989, tanto o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), quanto a área econômica, não contabilizam a contribuição do Estado. Adota-se o critério contábil segundo o qual a sustentação financeira da Previdência depende exclusivamente das receitas próprias do setor (empregados e empregadores). Assim, contrariando as leis do país, a conta não fecha mesmo.

### Falso Déficit

Em 2012, de um total de R\$ 317 bilhões utilizados para pagar benefícios previdenciários, as contribuições exclusivamente previdenciárias (empresas e trabalhadores) somaram R\$ 279 bilhões (88% do total). A parcela estatal, de apenas 12%, portanto, corresponde a um montante muito inferior à terça parte (33%) que lhe caberia numa conta tripartite. Essa prática contábil cria e alardeia um falso déficit, para justificar mais reformas, com corte de direitos.

### Tem dinheiro sobrando

Se organizado da forma como ordena a Constituição, o Orçamento

da Seguridade Social é superavitário, como mostram diversos estudos. Em 2012, por exemplo, apresentou saldo positivo de R\$ 78,1 bilhões – as receitas totalizaram R\$ 590,6 bilhões e as despesas atingiram R\$ 512,4 bilhões (ANFIP, 2013).

### Rolo compressor

Durante a madrugada do dia 15 de dezembro, foi aprovada, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a constitucionalidade da PEC 287/16, sobre a «Contrarreforma» da Previdência.

A tramitação de PEC costuma demorar até perto de um ano para chegar ao final. No caso de uma aprovação mínima, com a obediência a todos os ritos regimentais, espera-se um período de aprovação de, em média, sete meses. A PEC dos gastos públicos, foi aprovada em seis meses. O Palácio do Planalto anuncia a expectativa de ter a reforma da Previdência pronta para ser implantada até maio ou abril de 2017.

## ANDES-SN

### 36º Congresso do ANDES

“Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”. Este é o tema do 36º Congresso do ANDES-SN, que se realiza em Cuiabá, Mato Grosso, no período de 23 a 28 de janeiro de 2017

O Congresso é a instância máxima de deliberação da categoria, responsável pela elaboração do Plano de Lutas, norteando a ação sindical para 2017.

Docentes da UFJF e do IF Sudeste MG, reunidos em assembleia em 15 de dezembro, aprovaram os representantes da APES para o Congresso. A delegação será composta de nove delegados e sete observadores. A preparação e definições de propostas vão se dar em um seminário e em nova assembleia que se realizam na primeira quinzena de janeiro

## CADERNO DE TEXTOS



**36º CONGRESSO DO ANDES-SN**  
EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E CONTRA A AGENDA REGRESSIVA DE RETIRADA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS.

23 A 28 DE JANEIRO/2017  
UFMT | CUIABÁ/MT





**Lutas sociais no continente - Em defesa da educação**

## América Latina em se organiza e luta na defesa dos direitos sociais

### A América Latina vive nova onda de conflitos em que a população se organiza contra a retirada de direitos sociais

O avanço do capitalismo sobre o setor público parece ser mais uma dessas ondas que varrem a América Latina de tempos em tempos. Dessa vez, movimentos sociais lutam em todo o continente contra a retirada de direitos sociais de maneira geral e contra ataques à educação em particular. Tal como no

Brasil, nossos «hermanos» estão sob ataque.

Em maio de 2016, milhares de estudantes argentinos ocuparam ruas e instituições, lutando pela gratuidade no transporte, na defesa da educação pública, por melhores salários para docentes e em defesa das universidades públicas, num movimento como não se via há anos no país.

Aulas públicas, piquetes e assembleias se realizaram por todo o início do ano buscando colocar um freio ao governo Macri e aos governadores que queriam fazer passar os ajustes na educação, com cortes nos investimentos. Em apoio ao

levantamento estudantil, Movimentos Sociais diversos, sindicatos e partidos políticos engrossaram a frente de defesa da educação. A demanda de 45% de aumento salarial para os docentes veio junto com a exigência de aumento do orçamento educacional. As próprias autoridades argentinas reconheceram que com o orçamento de 2016 não seria possível chegar ao final do ano. A revolta cresceu desde a base. Na Universidade de Buenos Aires (UBA), estudantes de Filosofia tomaram a faculdade com aulas públicas. O conflito se

estendeu nacionalmente. O orçamento proposto pelo governo era a metade do destinado à dívida pública e até os reitores e decanos das universidades nacionais e provinciais admitiram que o dinheiro destinado às instituições de estudo não eram suficientes nem para pagar a luz.

No Chile, milhares de estudantes tomaram as ruas exigindo as reformas que a presidente Eleita Michelle Bachelet havia prometido durante a campanha. As mudanças colocadas em prática pela governante significariam a gratuidade para 260 mil estudantes de educação

superior a partir do próximo ano. Mas, para os estudantes, a promessa de reformar completamente o que é considerado um dos sistemas mais segregados e desiguais do planeta ainda está longe de ser cumprida. No Chile não é possível cursar uma universidade gratuitamente e apenas 40% da matrícula escolar é pública, as exigências dos estudantes seguem tendo uma grande adesão. Carros foram incendiados, e estudantes ficaram feridos no conjunto de manifestações que têm sido respondidas com forte repressão policial, gás lacrimogêneo e violência.

## OPINIÃO SINDICAL

### O capital e a destruição da educação pública

As exigências e interesses do Capital prosseguem ditando suas determinações econômicas e comprometendo um projeto de nação para as trabalhadoras e trabalhadores latino-americanos. Intensificar a acumulação capitalista por meio de uma pauta recessiva que combina contingenciamento de recursos e retirada de direitos sociais consolida-se como estratégia de ação dos grupos dominantes no continente. Grupos econômicos e empresas se locupletam pela utilização privatista do fundo público, negando a participação popular na apropriação dos direitos sociais que garantam a preservação dos bens materiais e culturais produzidos pela humanidade. Ao mesmo tempo, direitos sociais como a educação passam a ser considerados um grande negócio cujo produto pode ser adquirido no âmbito do mercado por aqueles que tiverem melhores condições para prover seu financiamento.

O processo de privatização do fundo público e de direitos sociais como a educação torna-se cada vez mais insuportável devido a precarização da vida da classe trabalhadora latino-americana. A capacidade de mobilização e de organização, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, tende a ampliar-se como evidenciam os movimentos sociais que ocorreram ao longo de 2016. É preciso somar nossas forças, potencializar nossas energias, criar alternativas em torno do projeto popular, democrático e emancipatório que orienta as manifestações de homens e mulheres, afirmando a necessidade e continuidade da luta histórica do povo latino-americano.



**Lutar não é crime** Uma análise da guinada conservadora

# Criminalização dos movimentos sociais

**O acirramento ideológico, vivido hoje no país, favorece não apenas um ataque a direitos sociais, mas também a criminalização dos movimentos sociais, das lutas da classe trabalhadora, das minorias e das culturas periféricas ganhas**

Diante de ataques permanentes e cada vez mais profundos aos direitos sociais a conjuntura de lutas se mostra mais acirrada. Ao mesmo tempo vivenciamos um aumento expressivo da repressão e criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Alguns casos são emblemáticos e de grande repercussão, como o sumiço e assassinato do Amarildo, a prisão de Rafael Braga, a recente invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes e a brutal repressão aos manifestantes pela não aprovação da PEC 55/2016 em Brasília no último 29 de novembro. Ocorre, também, um constante e por vezes silencioso genocídio da população negra e pobre, assim como dos indígenas.

A resistência da classe trabalhadora a cada tentativa de desmonte de seus direitos, esbarra em crescentes ações policiais e medidas judiciais. Todas

contrárias a mobilizações e greves. Estudantes e trabalhadores são espancados e presos pelo aparato repressivo do Estado.

Greves são frequentemente julgadas ilegais e abusivas pela Justiça, que referenda ações interpostas por empresas e pelo próprio Estado, que inviabilizam os movimentos grevistas e, por vezes, o próprio funcionamento das entidades sindicais, em função da aplicação de multas vultuosas. Na prática ferem e impedem o direito de greve, assegurado na Constituição Federal de 1988.

No campo, as ocupações de terras são combatidas a todo custo, com a determinação de reintegração de posse aos latifundiários, contra a reforma agrária. Na esteira das reintegrações são decretadas prisões e condenações de lideranças dos sem terra. E, não raramente, ocorrem

mortes de trabalhadores.

Na cidade o ciclo se repete em relação às ocupações urbanas. Despejos de lutadores por moradia de terrenos que são utilizados exclusivamente para a especulação imobiliária promovida pelas grandes construtoras e o enfrentamento, também violento, das ocupações de escolas, institutos e universidades por estudantes secundaristas.

No final de outubro, um juiz da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), alegou a criação de “restrição de habitabilidade” como forma de pressionar a desocupação nas escolas públicas ocupadas por secundaristas no Distrito Federal (DF). Goiás, Paraná, São Paulo e recentemente Minas Gerais, com estudantes da UFMG duramente reprimidos em manifestação nas ruas e

na própria universidade, também configuram estados onde esse quadro de ataque ao direito de organização e luta se mostram frequentes.

“ No campo, as ocupações de terras são combatidas a todo custo, com a determinação de reintegração de posse aos latifundiários, contra a reforma agrária. Na cidade, despejos de lutadores por moradia de terrenos que são utilizados exclusivamente para a especulação imobiliária promovida pelas grandes construtoras



## *Docentes e estudantes são duramente reprimidos em Brasília*

Nos dias 29 de novembro e 13 de dezembro a repressão policial às manifestações em Brasília foi de grandes proporções.

Manifestantes, de todas as partes do país, se posicionaram em frente ao Congresso Nacional para acompanhar a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, em 1º turno pelo Senado. Por serem

contrários à matéria que estabelece o limite de gastos primários da União para os próximos 20 anos foram alvo de mais de três horas sob bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e tiros de borracha.

A polícia militar do Distrito Federal fez uso de forte aparato policial, incluindo cavalaria, tropa de choque e helicópteros. Vários manifestantes foram detidos

e/ou ficaram feridos.

As ruas do centro do Rio de Janeiro, onde trabalhadores se organizam contra o pacote de ajustes proposto e em apreciação na Assembleia Legislativa do estado, viraram cenário de guerra nos últimos dias. A repressão se dá nas ruas, com helicópteros e até com o uso de uma Igreja Católica das proximidades como base militar.



Chuva de gás lacrimogêneo em Brasília no dia 29/11



# Brasil cresce com acirramento ideológico

mas também a direitos fundamentais. Nesse contexto, a criminalização dos movimentos sociais tem dimensões absurdas e ameaçam o estado democrático de direito



Imagens Eduardo Leão

Imagens do dia 13 de dezembro mostram a repressão policial às manifestações em Brasília contra a aprovação da PEC 55

## *Movimentos Sociais estão sendo monitorados*

Recentemente veio à tona um fato gravíssimo. A existência de um mega banco de dados que monitora movimentos sociais e ações de organização da classe trabalhadora pelo país. O GEO-PR (Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República) foi criado em 2005, durante a gestão Lula na Presidência da República, com o propósito de proteger territórios indígenas, terras de pequenos agricultores e o meio ambiente e está sendo utilizado como instrumento de vigilância. O portal "The Intercept Brasil" revelou em reportagem que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) transformaram esse

superbanco de dados em uma poderosa ferramenta de vigilância de movimentos sociais, a maior conhecida até o momento. "Alimentado coletivamente por ministérios e autarquias, o sistema teve, com o passar dos anos, o seu uso expandido. Um documento oficial do GEO-PR obtido por The Intercept Brasil mostra que ele foi usado para monitorar comunidades indígenas e quilombolas, assentamentos rurais, além de ONGs, mobilizações, greves e manifestações que ocorreram no país". Ocorrências como essa são preocupantes, ainda mais se considerado que sua vigência se dá a partir de e através dos anos, de governos ditos democráticos.

Fatos como estes

apontam não apenas o aumento de uso da força repressora do Estado a coletivos sociais como também a judicialização da reivindicação popular e da defesa de direitos humanos, com a instauração de processos penais contra lideranças sociais e movimentos sociais.

Esses e outros recursos foram utilizados com frequência nos tempos de Ditadura Militar e são retomados de forma reelaborada e com força total como tentativa de silenciar a resistência e luta da classe trabalhadora, diante de tentativas cada vez mais agressivas de desmonte dos direitos sociais conquistados com muita luta ao longo de décadas. Como amparo jurídico, além dos já tradicionais, a lei que tipifica

organizações criminosas, de 2013, em tese, para combater lavagem de dinheiro e o tráfico internacional de drogas é utilizada no enfrentamento com movimentos sociais. E a Lei Antiterrorismo, sancionada em 2016, que reedita todo o escopo da lei de organização criminosa, agravando-a, por meio do sistema de sigilo, suspensão de necessidade de licitações, infiltração de agentes e delação premiada. Ambas são extremamente preocupantes.

A interpretação da lei pode subjetivamente levar a base jurídica para qualificar movimentos sociais como terroristas.

As duas legislações citadas foram aprovadas em momento "democrático do país", sob a vigência do governo

Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Seus impactos no aparato repressor do Estado ultrapassam o simbolismo da aprovação de legislações desse tipo em um governo que se reivindicava de esquerda e seu alcance se dá em práticas cada vez mais agressivas, agora referendadas por leis e pelo imaginário do senso comum, fortalecido pela mídia de massas.

Recentemente veio à tona um fato gravíssimo. A existência de um mega banco de dados que monitora movimentos sociais e ações de organização da classe trabalhadora pelo país



**Cortes - CLG em ação**

# Docentes estiveram em audiência com reitor do IF Sudeste MG

**Administração Superior do IF Sudeste informa sobre os cortes orçamentários para 2017 e sobre a pressão do judiciário pelo corte de ponto dos docentes durante greve**

O Comando Local de Greve da APES esteve, no dia 02 de dezembro, em audiência com o atual o Reitor do IF Sudeste MG, Paulo Rogério Guimarães e com o reitor eleito no Instituto, Charles Okama de Souza para prestar os informes sobre a greve docente e para solicitar à Administração Superior um estudo sobre os impactos da PEC 55 e os cortes previstos para 2017. O Reitor informou que em janeiro a situação ficará muito complicada e que para 2017 houve aumento no gasto e diminuição no investimento. A retenção será de 1% em números absolutos,

mas proporcionalmente o corte é de 12 a 14%. Ele explicou que os campi de Rio Pomba e São João Del Rei sofrerão os maiores impactos. Mas garantiu que o custeio e a Assistência Estudantil estão preservados.

Com relação à ameaça de corte de ponto nas IFE, por conta da greve docente, o reitor falou sobre a dificuldade de manutenção da autonomia do Instituto, por conta do empoderamento do Ministério Público e ressaltou que a Procuradoria Geral da União defende o corte de ponto dos servidores. Os valores seriam restituídos apenas com a reposição das aulas. De sua parte, indicou que protelar o corte até quando for possível.

A informação é de que, no Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação



**Comando Local de Greve em audiência no IF Sudeste MG**

Profissional, Científica e Tecnológica de Reitor (CONIF), a maioria dos reitores é conceitualmente contrária ao corte de ponto, mas todos estão muito preocupados, principalmente, com a força do judiciário. No dia oito de dezembro, o Conif se pronunciou sobre as

dificuldades administrativas e operacionais relativas ao corte de ponto. Ofícios enviados aos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento observam que “o corte de ponto, ocasionado por greve, requer cuidado e responsabilidade para não ferir direitos e não gerar injustiças”.

Paulo Rogério solicitou ainda que o movimento questionasse legalmente, quais as medidas que podem ser acionadas para reverter a ameaça de corte de ponto e se posicionou contrariamente à Medida Provisória que reforma o ensino médio e também da PEC 55.

# Marco da Ciência e Tecnologia aprofunda privatização das IFE

**IFE terão que se adaptar ao marco da Ciência e Tecnologia, que aprofunda a privatização e estabelece relações promíscuas entre público e privado**

Em 12 de janeiro de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União o Marco Legal da Ciência e Tecnologia, intensificando a privatização nas Instituições Federais de Ensino (IFE). Recentemente, as IFE foram notificadas para que se adequem à nova conduta. Para o movimento sindical, o marco é mais uma investida do privado sobre o público, aumentando a promiscuidade, abrindo a possibilidade de parcerias público privadas, com transferência de fundos públicos, patentes, estrutura e pessoal para o setor empresarial

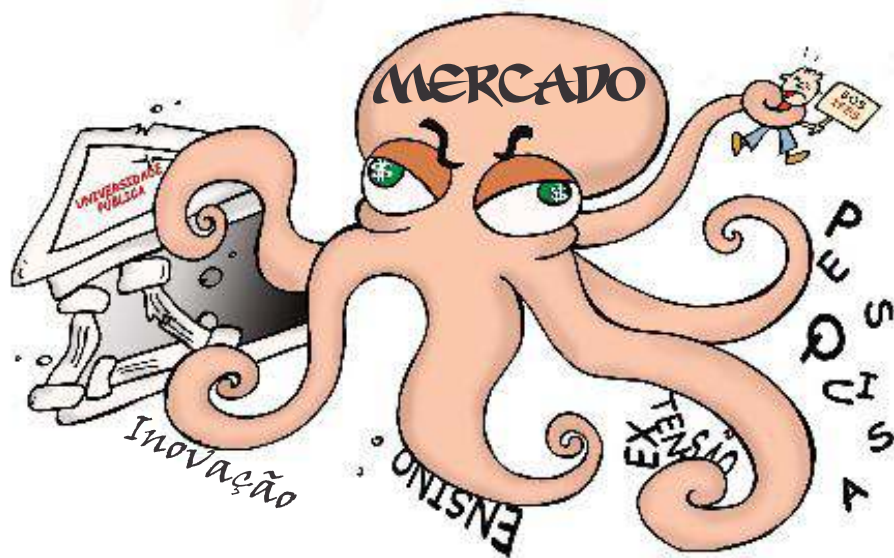
O código estimula que docentes se tornem empreendedores criando tensões nas relações de poder dentro de universidades e institutos, retirando força do regime de Dedicção Exclusiva, que passa a ser relativizado.

Instituições

privadas poderão funcionar dentro de públicas num processo de privatização escamoteado via um suposto código de incentivo à pesquisa.

Para o professor Jalon de Moraes Vieira, que esteve, no início de dezembro no II Seminário de Ciência e Tecnologia do Andes S/N, o Marco de C & T traz prejuízos para a produção científica e tecnológica no Brasil pois faz parte de um amplo leque de medidas que vêm sendo tomadas nas diversas esferas do governo, que aprofundam a privatização, seja pelo modelo clássico da venda de empresas estatais, seja por novas formas de captura do fundo público por empresas privadas, seja ainda pela universalização das Parcerias Público Privadas (PPP), das fundações ditas de apoio e dos contratos com organizações sociais para o fornecimento de serviços públicos. “As preocupações estão pautadas sobre a possibilidade de má e indevida utilização dos serviços públicos, o que pode promover uma apropriação privada destes serviços.

Desta forma, o



governo coloca a infraestrutura pública, que já é insuficiente, para fazer pesquisa básica, para atender a interesses comerciais e internacionais, deslocando a centralidade da produção e disseminação do conhecimento científico para o desenvolvimento produtos, processos e métodos inovativos”.

Ele afirma ainda que a lógica advinda da relação com o mercado será a da redução da oferta de conhecimento público, resultando também em uma maior vulnerabilidade da atividade pública legal. “Percebe-se, neste marco regulatório, aspectos regressivos que conspiram contra o trabalho público

e preparam o terreno jurídico e institucional para o fim dos concursos para a carreira de pesquisador em institutos públicos de pesquisa, e certamente sobre o preenchimento de vagas para carreira de magistério no País”, completa o professor Jalon.



**Cesar Minto** Professor da USP veio debater Fundo Público

# Estado Mínimo para a sociedade, máximo para o capital

**Professor afirma que o país está submetido a um regime de desconstrução**

**TRAVESSIA – Qual sua análise do contexto histórico vivido hoje no Brasil?**

Valendo-se da turbulência que assola o país, desde o início de 2015 tem ocorrido uma forte onda conservadora, que se expressa de várias formas, sobretudo de iniciativas que buscam implantar mudanças perenes, via projetos de emendas constitucionais (PEC), de lei (PL), medidas provisórias (MP) etc. com vistas à aprofundar a Reforma do Estado, em seus eixos fundantes: privatização, terceirização, publicização. O país está submetido à desconstrução do que lhe restava de Estado Social para a construção de um Estado Mínimo – mínimo para os interesses da sociedade, máximo para os interesses do capital.

**TRAVESSIA - Como vê a política de financiamento público empreendida pelo estado Brasileiro desde a década de 90?**

Desde os anos 90, as políticas governamentais visam a relativizar – em maior ou menor grau – a responsabilidade do Estado pelos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988. Essa tarefa é delegada a organizações sociais (OS), entidades “não-estatais”, sem fins lucrativos, tendo suas atividades controladas pelo Poder Público. Trata-se da “administração pública gerencial”. Assim, direitos sociais viram serviços

sociais e são transferidos para o “quase mercado”, ou seja, viram mercadorias. Nesse contexto de benevolência do Estado frente ao capital, o financiamento público requer disputa ferrenha.

**TRAVESSIA - Como insere a proposta do “Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação” (Lei 13.243/16) nas políticas de financiamento apresentadas pelo governo brasileiro?**

Tal “Marco” permite a criação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como órgãos públicos ou pessoas jurídicas de direito privado “sem fins lucrativos” (por exemplo, OS) e a constituição de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de direito privado nas instituições públicas, para

“ O país está submetido à desconstrução do que lhe restava de Estado Social para a construção de um Estado Mínimo – mínimo para os interesses da sociedade, máximo para os interesses do capital.

realizar pesquisas, podendo receber recursos públicos: dos entes federados para cobrir todas as suas despesas; usufruir da infraestrutura, inclusive de pessoal, em atividades de pesquisa para empresas privadas. É um exemplo claro de conflito de interesses, que permite privilegiar interesses privados.

**TRAVESSIA – E a ação sindical no atual cenário político Brasileiro?**

É preciso intensificar a resistência a iniciativas anti-sociais com maior protagonismo. A disputa regular pelo fundo público é essencial. É necessário intervir nas peças maiores de planejamento do Estado (no Plano Plurianual, PPA, quadrienal; e nas peças anuais: Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, no primeiro semestre e na Lei Orçamentária Anual, no segundo) nas várias esferas administrativas. Ademais, precisamos ousar na elaboração de pautas, começando pela disputa para a adoção de uma “Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas”. Sugiro ver a proposta em (<http://bit.ly/1xmS8N9>).

**TRAVESSIA - Quais as alternativas que podemos construir em contraposição aos ataques desferidos pelas políticas governamentais aos direitos sociais?**

Na mesma linha do que sugerimos anteriormente, é importante que nos apoderemos dos mecanismos que definem os orçamentos das instituições nas quais trabalhamos. Em geral, trata-se de assunto nada trivial, seja pelo conteúdo político (afinal, a luta de classes está presente em todos os locais...), seja pela metodologia utilizada, normalmente pouco acessível a boa parte de nós – reparem que quase sempre são as mesmas pessoas a realizar essa tarefa. Vale dizer, é preciso preocupar-se com a distribuição interna dos recursos, que também demanda disputa. O mesmo vale para a definição da organização de currículos, cursos, disciplinas etc.



Cesar Minto

“ É preciso intensificar a resistência a iniciativas anti-sociais com maior protagonismo. A disputa regular pelo fundo público é essencial (...) é importante que nos apoderemos dos mecanismos que definem os orçamentos das instituições nas quais trabalhamos

## Dica do TRAVESSIA

Manifesto do 'Movimento em Defesa da Ciência e Tecnologia Pública', do qual o Andes-SN é signatário, e que já constitui uma petição pública, conforme mencionei em 13/12:

(<https://ctpublica.wordpress.com/2016/05/31/manifesto-do-movimento-pela-ciencia-e-tecnologia-publica/>).



Artigo Pesquisa

# A ciência brasileira em risco

**Fabrizio Alvim Carvalho**  
Biólogo, Doutor em Ecologia (UnB)  
Docente do Departamento de Botânica – ICB – UFJF  
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ecologia da UFJF  
CV Lattes:  
<http://lattes.cnpq.br/246903005745997>

**O ano de 2016 foi marcado por uma série de retrocessos no campo da ciência e tecnologia, com retirada sistemática de recursos e de incentivos à pesquisa**

O ano de 2016 não foi bom para a ciência brasileira. Em junho a comunidade científica se mobilizou contra a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o das Comunicações (MC). As atividades do MC envolvem relações políticas e de gestão, práticas distantes da agenda do MCTI, com programas desenvolvidos e avaliados por comissões técnicas e baseada em critérios de mérito científico e tecnológico.

Obviamente, a criação deste único Ministério (MCTIC) tende a enfraquecer o setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Vieram os cortes no setor de (CT&I). O Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq) reduziu quase pela metade o número de bolsas de graduação de Iniciação Científica (PIBIC) e bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT). A

“ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reduziu quase pela metade o número de bolsas de graduação de Iniciação Científica (PIBIC) e bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT). A Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) realizou o corte de milhares de bolsas de pós-graduação de mestrados e doutorados acadêmicos

Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) realizou o corte de milhares de bolsas de pós-graduação de mestrados e doutorados acadêmicos (Programa Demanda Social). Os programas de bolsas internacionais destas agências também foram enxugados e/ou suspensos. Em paralelo, diversas

agências estaduais de fomento também sinalizaram reduções nos investimentos em bolsas de estudos. Além disso, existem indícios de que cortes poderão ocorrer em bolsas de pesquisa do CNPq, sendo um dos poucos mecanismos de incentivo a excelência científica no país. Eis um futuro com consequente redução na formação de recursos humanos envolvidos com atividades científicas.

No âmbito dos Programas de Pós-graduação (PPGs), editais de fomento como o de aquisição de grandes equipamentos e de obras de infraestrutura da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Pró-equipamentos CAPES, dentre outros, foram suspensos ou drasticamente

“ Programas de Pós-graduação (PPGs), editais de fomento como o de aquisição de grandes equipamentos e de obras de infraestrutura da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Pró-equipamentos CAPES, dentre outros, foram suspensos ou drasticamente

reduzidos. Também houve atrasos nos repasses de recursos de editais aprovados em anos anteriores, congelando centenas de projetos de pesquisas ao longo do ano. Há de se

“ Potências econômicas como Estados Unidos, China, e países europeus, aumentaram os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento em tempos de crise, com a certeza de ser a melhor maneira de se construir uma nação soberana. Por que não seguimos o modelo dos vencedores?

considerar ainda que o recurso repassado aos PPGs pela CAPES é proporcional à cota de bolsas concedidas, e que a diminuição de bolsas implicará na diminuição de recursos vitais para a manutenção dos PPGs.

Para agravar o quadro, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, que corrige o orçamento da União pela inflação e congela os recursos por 20 anos. Ainda não está claro como o

orçamento da área de CT&I será corrigido pela inflação nestas duas décadas. Mas a redução é evidenciada pela proposta de lei orçamentária (PLOA)\* aprovada há poucos dias, onde o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para 2017 é o menor valor desde 2013. A expectativa é que o orçamento reduza ano após ano.

Certamente existem opções mais adequadas para enfrentar a crise econômica e o déficit do orçamento federal. Potências econômicas como Estados Unidos, China, e países europeus, aumentaram os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento em tempos de crise, com a certeza de ser a melhor maneira de se construir uma nação soberana. Por que não seguimos o modelo dos vencedores? A continuidade de investimentos em CT&I é essencial para superar a crise econômica brasileira. É lamentável que nossos governantes estejam indo na contra mão.

\*[http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2017/rel\\_setor/setor08/rel\\_apresentado.pdf](http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2017/rel_setor/setor08/rel_apresentado.pdf)